

Orçamento será primeiro grande choque entre poderes

Inácio Muzzi
e Franklin Martins

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto e o Congresso Nacional já têm data marcada para o seu primeiro grande confronto depois da promulgação da nova Constituição: a votação do orçamento para 1989 pelo parlamento, na primeira quinzena de dezembro. Pela primeira

vez, desde 1967, deputados e senadores poderão decidir sobre os gastos da União, mudando o destino de verbas e, na prática, redefinindo prioridades de governo.

O gabinete da Presidência da República, que na proposta do governo recebeu uma dotação orçamentária de Cr\$ 127 bilhões, maior que a de muitos ministérios — Ciência e Tecnologia, por exemplo, ficou apenas com

Cr\$ 103 bilhões — poderá ter suas verbas reduzidas, afetando o dia-a-dia da própria cozinha do presidente José Sarney.

No Palácio do Planalto, há preocupação com o embate. Mas o Congresso ainda não se deu conta, de modo pleno, do poder de que agora dispõe. Apenas uma parte dos 35 parlamentares destacados para a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional já perce-

beu que há uma relação direta entre exercer o poder e ter dinheiro para gastar e que a chave do cofre está agora nas mãos do parlamento. "O Executivo hoje sabe mais do poder do Congresso do que os próprios parlamentares", constata o diretor da Sub-secretaria de Orçamento do Senado, José Carlos Alves dos Santos, um dos técnicos empenhados em colocar o orçamento da União à luz da observação política.

Super TV
50 ou 70 polegadas
Imagem cefeito tridimensional e som Estéreo. O maior TV fabricado no Brasil. Garante já o seu (esteque limitado).
Rua Aguiar Moreira, 663 - RJ
Informações e vendas (021)-590-4249



Executivo tenta manter posições

Alves dos Santos observa, na posição privilegiada de quem por enquanto ocupa a linha de frente da questão orçamentária, o empenho consciente dos representantes do Executivo para assegurar posições antes que o Congresso des-
-perde.

A análise da lei orçamentária de 1989 reserva para o Congresso apenas uma parcela do poder que lhe concede a nova Constituição para controlar os gastos do governo. Mesmo assim, este poder incomoda. Ele envolve a aprovação do orçamento fiscal, que engloba as receitas e despesas de todos os poderes, incluindo os fundos, órgãos e entidades de administração direta e indireta, até as fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Ficam de fora as partes relativas aos orçamentos de investimentos das estatais e da seguridade social, que pela Constituição em vigor não são encaminhados ao Legislativo.

Até dia 14 de outubro, os 60 membros da Comissão Mista de Orçamento poderão apresentar emendas ao projeto orçamentário, reduzindo ou ampliando receitas de programas de investimentos, desde que obedecido o limite total orçado pela União. Os parlamentares poderão, por exemplo, decidir revigorar a Sudesul — Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul —, que não possui recursos operacionais no projeto orçamentário preparado pela União, ou sufocar a Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, que tem sua extinção prevista na nova Constituição, mas ganhou uma chance de sobrevivência através de um decreto do Governo que a transformou em Sadem — Secretaria de Assessoramento da Defesa Militar. O poder de decisão pertence agora ao Legislativo.

Envolvidos com a Constituinte, os parlamentares ainda não dispuseram de tempo para mergulhar nas questões do orçamento. Somente a partir da próxima semana, com a Constituição já promulgada, deputados e senadores começarão a conviver com a possibilidade, encorajada pela constituição de 1967, de mexer nas contas do Governo.

Parlamentar tem apoio técnico

Para a grande tarefa de elaborar o orçamento, os parlamentares contam com a assessoria de 32 técnicos da Câmara e do Senado, que na quinta-feira estarão sendo diplomados pela Fundação Getúlio Vargas, após um ano e meio de dedicação, no Curso de Política Pública e Orçamento.

A solenidade de diplomação ocorrerá no Senado, com a presença do presidente do Legislativo, Humberto Lucena (Senado) e Ulysses Guimarães (Câmara) e do ministro do Planejamento, João Batista Abreu. "Afinal, esta não é uma comissão para o confronto, mas para o entendimento", avisa o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Disposição para negociar não significa porém alheamento e é este o espírito que o vice-presidente da Comissão, deputado César Maia (PDT-RJ), pretende ver preponderar entre os parlamentares que se preparam para julgar as contas do governo. Para garantir que Legislativo e Executivo tenham chances iguais na construção do orçamento, o deputado se preocupou nos últimos dias em descobrir armadilhas no projeto de lei, que, apesar de ocupar apenas três páginas do livro de 978 da proposta orçamentária, responde pelas prerrogativas reais do Congresso de alterar as decisões do Executivo.

Maia não precisou trabalhar muito para descobrir uma profusão de armadilhas que, somadas, garantem ao governo flexibilidade suficiente para remontar o orçamento segundo seus critérios, após este ter sido analisado e votado pelo Congresso. Anular este "golpe de mestre", porém, cabe também ao Legislativo e o parlamentar já preparou 11 emendas para debelar os truques do Executivo.

Aprovadas as propostas de Maia, o governo não poderá colocar ilimitadamente suas despesas na rubrica *contas a pagar*, como parecia pretender. A atualização do orçamento pelos índices que acompanham a inflação ficará também limitada ao crescimento da receita orgânica.